DNA produzido após sentença pode ser considerado documento novo

O exame de DNA feito após a sentença é considerado documento novo. Com esse entendimento, o Superior Tribunal de Justiça determinou que o processo de um ferroviário seja julgado novamente pela instância de origem. Ele conseguiu comprovar não ser o pai biológico de uma criança. A decisão do tribunal foi unânime.

Uma mulher havia entrado na Justiça para propor ação de investigação de paternidade com pedido de pensão alimentícia. Como o ferroviário negou que fosse o genitor da criança, a mãe sugeriu o exame de DNA. No período do processo, ele optou em não fazer o exame e o juiz da Comarca de Corinto, em Minas Gerais, o indicou como provável pai da menor.

O ferroviário então decidiu recorrer. Apresentou o exame de DNA no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O juiz negou o pedido sob o fundamento de que o exame não é considerado documento novo por ter deixado de ser produzido na ação principal. A defesa recorreu ao STJ, que atendeu ao pedido. Em seu voto, o relator, desembargador convocado Honildo de Mello Castro, ressaltou que é pacífica a jurisprudência do STJ no sentido de que o DNA, produzido posteriormente, é considerado documento novo. O relator classificou a decisão do TJ-MG de “limitada”.

Segundo o ministro, faltou o pressuposto de embasamento legal para o exercício desta espécie de ação, interposta com fundamento de que pode ser rescindida a sentença transitada em julgado. Quando o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, previsto no artigo 485, inciso VII, do Código de Processo Civil. *Com informações da Assessoria de Imprensa do Superior Tribunal de Justiça.*

Resp 653.942

Date Created

02/10/2009